

Alguns aspectos do Plano Brady estão assustando os banqueiros

GAZETTA MERCANTIL

por Stephen Fidler
do Financial Times

Bankeiros que participam das negociações internacionais da dívida externa confessam-se temerosos a respeito de diversos aspectos das novas propostas apresentadas pelos Estados Unidos para atenuar a crise internacional da dívida. Mesmo assim a reação mundial dos governos credores tem sido amplamente favorável.

Segundo os banqueiros, o ponto central das propostas esboçadas na última sexta-feira por Nicholas Brady, secretário do Tesouro americano, na redução voluntária acelerada da dívida, poderia representar uma ameaça a novos empréstimos aos devedores problemáticos.

William Rhodes, diretor do grupo de reestruturação do Citicorp e presidente dos comitês de assessoramento bancário para o Brasil, Argentina, Peru e Uruguai, e co-diretor do comitê de assessoramento para o México, declarou: "Embora necessária, a ênfase que se deu à redução voluntária da dívida não deveria deixar esquecido o fato de que os países devedores continuam precisando de novos créditos para promover seu crescimento futuro".

Brady pediu que a redução da dívida caminhe de mãos dadas com os novos empréstimos. Ele não entrou em maiores detalhes, mas os banqueiros acreditam que a prescrição dos empréstimos antigos venha a obstar ou impedir a concessão de novos empréstimos. Seria melhor, argumentam, pensar e desenvolver outras maneiras de estimular novos fluxos de dinheiro para aqueles países.

A menos que fosse enorme, a redução da dívida não causaria grande impacto sobre as fugas de capital dos países devedores, calculadas em aproximadamente US\$ 30 bilhões no ano passado. Como não se conhece a amplitude dos recursos que serão aplicados no incentivo à redução voluntária da dívida externa, também não se pode saber o quanto isso realmente significaria na proposta de atenuação do fardo da dívida externa.

Afirmam também os banqueiros que as propostas formuladas até aqui deixam antevisão que os bancos acabariam arcando com uma carga desproporcional de prejuízos resultantes da redução da dívida externa. E isso sem nenhum sacrifício equivalente, pelo menos aparentemente, da parte dos governos credores.

Como ainda há muito que fazer antes que a iniciativa entre em vigor, a preocupação imediata dos banqueiros resume-se em não negligenciar três impor-

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, divulgou uma nota complementar para esclarecer que o Brasil não está excluído do Plano Brady para reduzir o fardo da dívida do Terceiro Mundo. Ele afirmou que sua entrevista coletiva foi mal interpretada.

O que Mulford provavelmente não sabia é que o Brasil já tem o "waiver" (suspenção) das cláusulas negativas, que o secretário do Tesouro, Nicholas Brady, propôs como passo inicial para desburocratizar novas renegociações da dívida externa.

"Nós incluímos a suspensão dessas cláusulas negativas no nosso acordo de setembro passado com os bancos", esclareceu ontem a este jornal o embai-

xador brasileiro em Washington, Marcílio Marques Moreira. "O que ainda não temos são as reservas ou ativos para renegociar."

Isso significa que assim que o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) puderem liberar seus recursos para fins de redução da dívida ou de serviço da dívida, "nós estamos aptos a bater na porta deles e pedir os recursos", acrescentou Marcílio.

O presidente José Sarney reagiu irritado à entrevista de Mulford, que na segunda-feira sugeriu que o México e a Venezuela seriam provavelmente os primeiros beneficiários do Plano Brady, porque estão iniciando agora a renegociação de suas dívidas de prazo médio. Sarney ficou particularmente aborrecido porque a entrevista coincidiu com a eclosão de uma greve geral no País.

tantes passos que devem ser dados simultaneamente:

- Formalização de um empréstimo-ponte de US\$ 600 milhões à Venezuela. Concessão de um empréstimo de US\$ 450 milhões, do governo americano, para servir de ponte a um financiamento já acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI); e um empréstimo-ponte no valor de US\$ 350 milhões, da Espanha, destinado a solucionar o grave problema de liquidez do país, até que se ultime um plano de financiamento pleno, incluindo um dispositivo de financiamento mais amplo do FMI.
- Acordo sobre um perdão, por parte dos bancos comerciais credores do Brasil, para facilitar o desembolso de um empréstimo bancário no valor de US\$ 600 milhões.
- Formalização de um empréstimo de refinanciamento no valor de US\$ 1,7 bilhão para a Colômbia.

David Buchan relata de Bruxelas:

Os ministros das Finanças da Comunidade Econômica Européia (CEE) vêm com muito bons olhos as propostas americanas. Segundo alguns dos ministros, essas propostas são a profunda expressão das idéias europeias.

Segundo os ministros da CEE, "a redução voluntária da dívida ou do serviço da dívida, num tratamento caso a caso, pode desempenhar um importante papel" desde que, simultaneamente, os devedores se empenhem em reverter a fuga de capitais e em implementar reformas econômicas profundas. O ministro das Finanças da Espanha, Carlos Solchaga, qualificou a declaração dos ministros de "muito importante", já que é esta a primeira vez que a comunidade se pronuncia unanimemente sobre a questão da dívida externa.

O Plano Brady ...

por Tom Camargo
de Londres

(Continuação da 1ª página)

disposição de países para a recompra de suas dívidas (uma dimensão do problema é dada pelo fato de que o México, para abater US\$ 4 bilhões a US\$ 5 bilhões do custo do serviço de sua dívida teria de recomprar, a 25 centavos de dólar, algo entre US\$ 40 bilhões e US\$ 50 bilhões de títulos de sua dívida); 2) papel do FMI e do Banco Mundial (90% dos recursos existentes no Fundo estão comprometidos e um aumento das contribuições de países poderá esbarrar em resistências legislativas); 3) o Japão não concordará em ser o único (ou maior, de longe) doador de recursos para o plano — diante disso, quais alternativas de financiamento seriam viáveis; 4) O plano seria aplicável a países que se conformassem aos padrões de performance do Fundo, aqueles que não atendessem aos critérios exigidos seriam (como?) barrados de recomprar seus títulos, ainda mais desvalorizados do que

os dos países disciplinados, no mercado secundário?; 5) A suposição de que seria possível induzir capitais expatriados a retornar aos países de origem inverte certa ordem de precedência, que dita que os capitais tendem a voltar quando seus portadores retomam sua confiança (e interesse) na economia que enfrentou dificuldades.

Em razão destas imprecisões, Dornbusch disse acreditar que países como o México (devido ao seu peso político específico, derivado da vizinhança com os Estados Unidos) e devedores menores (de administração menos complicada) acabarão sob a tutela do Plano Brady, uma situação de implícita perversidade, na medida em que, por se terem adequado, verão seus títulos sendo transacionados no secundário (onde farão suas compras) a descontos menores do que os sofridos por títulos de países (como o Brasil) que acabarão tendo a oportunidade de, mais adiante, efetuar recompras mais vantajosas.